



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº. _____, DE 2011.
(Do Sr, Anthony Garotinho)

Requer seja convidado o Secretário de Estado de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Côrtes, a fim de prestar esclarecimentos sobre o contrato firmado entre a Secretaria de Estado e a empresa Toesa Service Ltda.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base nos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feito convite ao Secretário de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Sr Sérgio Cortes, em data a ser agendada, a fim de prestar esclarecimentos sobre o contrato firmado entre aquela Secretaria de Estado e a empresa Toesa Service.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2010, um dos escândalos que tomou conta da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, foi o da manutenção de viaturas ilustrando um exemplo de mau uso de recursos federais, conforme o demonstrado em documentação já entregue à esta Comissão e cujo protocolo se encontra em anexo.

Nesse caso, o secretário de Saúde, Sr. Sérgio Côrtes assinou um contrato com a empresa TOESA, que posteriormente foi aditivado. No final, o contrato estabelece que pela manutenção preventiva de 122 viaturas da secretaria de Saúde e Defesa Civil, a TOESA receberia R\$ 5.391.126,00. Ou seja, R\$ 44.189/Viatura, no período de um ano.

Observe-se que, a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA efetua o pagamento de R\$ 1.129.970 pela manutenção de 195 carros; o que representa R\$ 5.794 por ano.

Já o governo de São Paulo, por 450 veículos, são gastos R\$ 740 mil, ou seja: R\$ 1.644/Viatura.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Por conseguinte, o Governador Sérgio Cabral despendeu de um valor 26,8 vezes maior do que o do governo de São Paulo pela manutenção das

viaturas o que poderia ter sido gasto para adquirir uma nova frota de 122 carros.

Essa denúncia de corrupção foi feita pelo Tenente-Coronel José Carlos da Cunha, do Corpo de Bombeiros e foi enviada aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, conforme poderão ver a reprodução dos ofícios em anexo.

Mas a corrupção não fica apenas no superfaturamento exorbitante no valor dos contratos. Os absurdos são tão grandes que a secretaria estadual de Saúde paga fortunas por serviços não realizados. O oficial que fez a denúncia encaminhou ao Ministério Público cópias das notas fiscais e dos atestados dos serviços prestados.

Seis notas no valor total de R\$ 2.654.000,00 foram encaminhadas (cópias) ao MP e de forma resumida contém o seguinte:

1ª nota (setembro/2009): Valor: R\$ 415.000,00 – Serviço prestado: R\$9.945

2ª nota (outubro/2009): Valor: R\$ 415.000,00 – Serviço prestado: R\$ 16.023

3ª nota (novembro/2009): Valor: R\$ 415.000,00 – Serviço prestado: R\$ 1.800

4ª nota (dezembro/2009): Valor: R\$ 497.000,00 - Nenhum serviço prestado foi atestado

5ª nota (dezembro/2009): Valor: R\$ 456.000,00 - Nenhum serviço prestado foi atestado

6ª nota (fevereiro/2010): Valor: R\$ 456.000,00 - Nenhum serviço prestado foi atestado

O resumo é simples. Por 3 notas, no valor total de R\$ 1.245.000,00 na verdade foram prestados serviços de R\$ 27.768, 00.

Por 3 notas, no valor total de R\$ 1.409.000,00 não foi atestado qualquer serviço.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Em anexo há a cópia de uma das notas, com o respectivo atestado do serviço prestado, mas recebi cópias de todas as notas.

Além do mais, os contratos estranhamente não são assinados pelo titular da secretaria estadual de Saúde e Defesa Civil, mas sim, pelo subsecretário-executivo Cesar Romero Viana Júnior, que vem a ser o cunhado e braço-direito do secretário Sérgio Côrtes.

O jornal FOLHA DE SÃO PAULO informa na sua edição do dia 20 de abril de 2010 (terça-feira) que: "A secretaria de Saúde do governo Sérgio Cabral (PMDB) é hoje um dos órgãos públicos mais escrutinados do país, sob exame de promotores, procuradores e policiais. Suspeitas pairam sobre quase tudo: da manutenção dos carros da dengue ao superfaturamento de remédios, passando por contratos de gerenciamento de estoques." (vide matérias em anexo).

A corrupção desenfreada na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro já é um fato do conhecimento de todos. As provas existem e estão em poder do MP e da PF e tudo está devidamente comprovado.

Sala da Comissão, 30 de março de 2011.

Deputado ANTHONY GAROTINHO